

INCLUSÃO SOCIAL & O PAPEL DO MERCADO FINANCEIRO



O Brasil tem apresentado um desempenho notável em termos de redução de pobreza e distribuição de renda. No entanto, mesmo diante desse resultado animador, muito deve ser feito para que possamos incluir socialmente o enorme contingente de brasileiros que ainda vive em condições degradantes – um olhar panorâmico sobre as favelas cariocas indica a dimensão do tamanho do desafio a ser enfrentado. Diante das enormes carências enfrentadas por esses milhões de brasileiros, os fatores tempo e eficiência são variáveis fundamentais.

por **EDUARDA LA ROCQUE** e **JOSÉ MARCELO SOUZA BOAVISTA**

É com a consciência da urgência desse desafio que propomos estimular o mercado financeiro – cujo grau de sofisticação e eficiência são incontestáveis – a trabalhar por causas socioambientais. Se atingirmos nosso objetivo, adicionaríamos uma nova dimensão à indústria de administração e gestão de recursos que, assim, não buscaria apenas obter resultados financeiros, mas passaria a contabilizar também como resultados contribuições para a promoção da sustentabilidade e redução da pobreza.

Se conseguirmos implantar esta indústria no Brasil, dotando-a dos mecanismos de governança e transparência necessários, mostraremos ao mundo, mais uma vez, nossa capacidade de inovar, ao associar duas das maiores conquistas do país do ponto de vista técnico: políticas de redução de pobreza e regulação efetiva do sistema financeiro. Esta última, por sinal, foi estrutura fundamental para que a crise financeira não atingisse o Brasil com a violência verificada em outras economias.

É com esta perspectiva, portanto, que pretendemos apresentar algumas ideias para o engajar o mercado financeiro no encaminhamento de alternativas para enfrentar os desafios da inclusão social e da devastação ambiental. Se pensarmos em termos do que se convencionou chamar de economia verde – inclusão social com menos desperdício – abre-se o leque de possibilidades para que o mercado financeiro amplie sua área de atuação para aspectos ligados ao meio ambiente (em iniciativas tais como a da Bolsa Verde do Rio).

Assim, a proposta é juntar duas expertises: a eficiência e sofisticação do nosso mercado financeiro às tecnologias de redução da pobreza já desenvolvidas pelo governo federal (a exemplo do Bolsa Família e semelhantes) e alguns estados e municípios. A maioria desses programas adota a estratégia de vincular a distribuição de renda ou outros benefícios ao foco em educação, como faz o Município do Rio de Janeiro com o Cartão Família Carioca. Em resumo, usar o *modus operandi* de uma das forças do capitalismo, que hoje trabalha apenas para enriquecer os mais ricos, para objetivos sociais.

É fundamental deixar claro que a proposta aqui discutida envolve o estabelecimento de novos parâmetros de retorno para o mercado financeiro: os ganhos sociais e/ou ambientais. Não se trata, portanto, de fundos que invistam em empresas socialmente responsáveis, recebendo retorno financeiro – até mesmo porque produtos dessa natureza já existem. A proposta, aqui, é estabelecer mecanismos de captação de recursos para causas socioambientais, associados a uma aferição precisa dos resultados gerados pelos recursos investidos na causa. O investidor terá como retorno não o seu dinheiro de volta acrescido de juros, mas a sua cidade mais justa, rica, limpa e civilizada.

Outra questão a se observar é que neste novo mercado haverá uma relação entre investidores e gestores que foge à relação tradicional consubstanciada nos relatórios e nas assembleias



O que se pretende é criar e dar caráter institucional a um mercado de fundos socioambientais, com funções análogas às dos fundos com objetivos financeiros.



de acionistas e cotistas. Neste contexto, há que se desenvolver uma nova forma de se estabelecer essa relação, que deve aliar transparência e clareza no estabelecimento de parâmetros para avaliação dos resultados; e ainda deve vir em uma “embalagem” que facilite o entendimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento desse novo mercado.

UM NOVO MERCADO

Do ponto de vista prático, o que se pretende é criar e dar caráter institucional a um mercado de fundos socioambientais, com funções análogas às dos fundos com objetivos financeiros (assets). Ou seja, recriar o sistema financeiro em um modelo desenvolvido para causas sociais e ambientais. Alguns elementos deste sistema seriam:

- **Gestores:** novos assets ou novos departamentos em instituições de caráter financeiro já existentes.
- **Carteiras dos fundos:** conjunto de projetos/ativos, com retorno social, nos quais o dinheiro captado pelos fundos seria aplicado. Os fundos podem se especializar em determinadas áreas (por exemplo, em ações voltadas à educação, ou saúde, ou cultura) em resposta à demanda por parte dos investidores.

O funcionamento desse mercado se daria, em princípio, através de ONGs. Isto porque estas organizações já possuem, embora em graus diferentes, expertise em ações de natureza socioambiental. O desenvolvimento desse novo sistema promoveria competição e profissionalização no mercado de ONGs.

- **Equipes de pesquisa:** Incumbidas de procurar (ou desenvolver) os “ativos” que comporiam as carteiras dos fundos e também de acompanhar e preparar os relatórios

de desempenho para os clientes. Esse é um elemento que serviria para desencadear a competição e a profissionalização no mercado de ONGs.

- **Metodologias de avaliação de desempenho:**

Conjunto de parâmetros objetivos para avaliação do retorno social e/ou ambiental dos recursos aplicados. A existência desses indicadores permitirá a comparabilidade do retorno dos fundos e a conseqüente escolha de gestores mais eficientes (de acordo com os vários perfis de fundos).

- **Ratings:** Parâmetros que diferenciariam os fundos quanto aos tipos de aplicação: e.g. os dedicados a projetos já em curso ou já testados; aqueles para tecnologias sociais inovadoras; fundos que aplicassem em empreendedorismo comunitário (venture capital), etc. Não seria uma avaliação de risco à moda tradicional, mas um fator de diferenciação com alguma padronização para orientar os investidores.

OPERACIONALIZAÇÃO

Esta seção apresenta e discute algumas ideias iniciais de financiamento e regulação para encaminhar a proposta apresentada na seção anterior.

Funding

O mercado tradicional de assets para retornos financeiros tem um apelo “natural” para captação de recursos – a gestão das poupanças geradas na economia, oferecendo ao poupador retornos financeiros pela troca de consumo presente por futuro. Trata-se, portanto, de uma decisão “egoísta”. No que tange a esse novo mercado, estar-se-ia aplicando recursos para obter ganhos “altruístas”: o benefício trazido pelo retorno social é a satisfação com o bem-estar alheio. Assim, como trazer os recursos?

Mercado voluntário

Inicialmente, o sistema seria operacionalizado através de doações de empresas e famílias. Uma dificuldade seria justificar essa participação diante elevada carga tributária atual. A resposta: os doadores terão controle sobre a alocação dos seus recursos, escolhendo gestores, perfis de investimento e quantidade de recursos doados.

Um problema adicional seria a captação inicial. Como esse mercado ainda não existe, os potenciais investidores poderiam sentir-se inseguros ao cogitar destinar recursos para um modelo ainda não testado. Parece necessário encontrar uma solução para “dar partida” nessa iniciativa. Como gerar um volume de recursos que signifique uma mudança sensível na vida daqueles que se quer beneficiar? A nosso ver, não haveria melhor alternativa que uma ação do governo envolvendo incentivos tributários.



Uma proposta seria a extensão da atuação da CVM para abrigar também títulos de retorno socioambiental. Isso passaria pela criação de uma nova área na CVM.

Incentivos tributários

Diante de dificuldades pela via do “mercado voluntário”, uma saída seria criar (ou ampliar) incentivos tributários. Esta proposta é análoga a políticas praticadas hoje a nível municipal – como a Lei de Incentivo à Cultura, do Município do Rio de Janeiro, que oferece isenção do ISS, e à – e federal, com a Lei Rouanet. São iniciativas que promovem a desintermediação estatal na gestão de uma parcela do seu orçamento. Assim, uma parte dos recursos fiscais destinados a programas de assistência social seria destacada e regulamentada para que pudesse ser gerida pelo setor privado, dentro da lógica até aqui discutida.

Nesta perspectiva, a proposta é que o novo sistema se desenvolva, inicialmente, pela via dos recursos públicos, com dois aspectos positivos: dar partida a esse mercado e passar à iniciativa privada a gestão de recursos que, de qualquer forma, estavam reservados para finalidades sociais.

Regulação

Do ponto de vista institucional, uma proposta seria a extensão da atuação da CVM para abrigar também títulos de retorno socioambiental. Isso passaria pela criação de uma nova área na CVM ou mesmo na transformação da CVM em como uma CVM+AS (Comissão de Valores Mobiliários, Ambientais e Sociais), sinalizando uma mudança de paradigma.

É importante notar que a estrutura regulatória a ser concebida pela CVM+AS e aplicada à nova indústria seria o mecanismo pelo qual um novo mercado de empresas de rating, de desenvolvimento de mecanismos de avaliação e de novos profissionais, iria florescer. Adicionalmente, veículos de comunicação especializados poderiam publicar os resultados dos diversos fundos para que os investidores pudessem comparar.

NOVO SISTEMA COMEÇA A GANHAR ADESÕES

Este artigo procurou apresentar para discussão os primeiros insights acerca de um novo mercado: o de investimento em “ativos”/projetos com retorno socioambiental. O objetivo central desse mercado é ajudar no processo de solução dos graves problemas sociais existentes no país usando a sofisticação e a eficiência do mercado financeiro. No passado, assistimos à chegada da intermediação financeira para estimular o desenvolvimento econômico. Agora, temos de, sem preconceito, usar instrumentos de mercado de capitais para promover o desenvolvimento sustentável, com maior proteção ambiental e inclusão social.

Os principais apelos para encaminhar a solução de problemas sociais por esta via são:

- i) aumento do volume de recursos disponíveis, uma vez que a sociedade estaria disposta a ser “tributada de forma voluntária”, pois teria ingerência direta sobre a alocação e o gerenciamento dos seus recursos;
- ii) agilidade e eficiência do setor privado; e
- iii) os diversos benefícios advindos do surgimento de um novo mercado.

Pretende-se, aqui, é replicar a estrutura de transparência e governança existente no mercado de administração de recursos, - hoje tem foco em retorno financeiro, mas onde nota-se um interesse crescente em assessoria para projetos sociais, para fundos com objetivos sociais e ambientais. A ideia é reproduzir a cadeia de fornecedores do mercado para tal. A única diferença seria que, ao invés de operadores de mercado empregados em “market timing” e seleção de ativos financeiros, ONGs com expertise em gestão de projetos sociais fariam a seleção das iniciativas apoiadas. Já há uma proposta elaborada pelo BNDES, encaminhada para a avaliação da CVM sobre o mercado de “FISAs” - Fundos de Investimento Socioambientais. Além dessa proposta, uma outra iniciativa a ser implantada a médio prazo pelo IPP-RIO (Instituto Pereira Passos, órgão de planejamento e informações da Prefeitura) será o Fundo Voluntário do Rio (FV-Rio), dedicado a promover a consolidação do processo de pacificação e a integração social, econômica e urbana nas favelas. **RI**

EDUARDA LA ROCQUE

é presidente do Instituto Pereira Passos (IPP) e coordenadora da UPP Social
erocque.ipprio@gmail.com

JOSÉ MARCELO SOUZA BOAVISTA

é assessor especial da Secretaria Municipal de Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro
jboavista.smf@pcrj.rj.gov.br